

ENTREVISTA

DESIGUALDADES EM PERSPECTIVA: espaços indígenas no mundo do trabalho

Patrícia Maria Melo Sampaio (UFAM)

Entrevista cedida a Equipe Editorial da Revista Espacialidades

Revista Espacialidades: Primeiramente, agradecemos à sua disponibilidade e prontidão em colaborar com o atual dossiê da Revista Espacialidades. De início, gostaríamos que nos contasse um pouco sobre os percursos que fez no meio acadêmico, e como a temática indígena foi se constituindo como campo de interesse e possibilidade na pesquisa histórica em relação aos grupos étnicos.

Patrícia Maria de Melo Sampaio: É uma história longa que tentarei resumir. Entrei na Universidade aos 16 anos, no início da década de 1980, um tempo onde isso era incomum. Escolhi estudar História por conta de um interesse grande em Arqueologia, mas, não tinha meios de fazer tal formação. No decorrer do curso de História na UFAM, fui me apaixonando pelo ofício e achei que tinha encontrado meu lugar. Para usar uma expressão do tempo presente, sou historiadora “raiz” 😊, i. é, tenho graduação, mestrado, doutorado (e pós-doutorado) em História. Ao longo da carreira como profissional de História, sempre tive uma enorme preocupação em compreender a desigualdade. Olhando retrospectivamente, a desigualdade tem sido meu principal problema de pesquisa. No mestrado, dediquei-me a entender como se processava a construção da desigualdade econômica. Foi quando me debrucei sobre os inventários de Manaus para entender como se enriquecia e como se empobrecia naquela cidade do século XIX. Foi meu primeiro encontro com os índios no mundo do trabalho e com os homens e mulheres escravizados da cidade já que, sendo propriedades, eles e elas estavam lá nas listas de bens dos inventários. Minha dissertação, os Fios de Ariadne, foi o primeiro trabalho a apresentar esses dois grupos

étnico-sociais dentro da perspectiva da História Econômica revelando dimensões até então insuspeitas, no caso dos escravizados, como seu perfil etário, origem, lugar privilegiado na composição dos ativos de seus proprietários, entre outras questões. No doutorado, a ideia era compreender como se forjaram – e se naturalizaram, as desigualdades e as diferenças entre as pessoas. A tese tratou do processo de criação e aplicação da legislação indigenista no Grão-Pará do século XVIII. Também neste trabalho foi importante iluminar as fronteiras – de resto, muito fluidas – que existiam entre as populações nativas e as de origem africana escravizadas, especialmente, considerando o fato de que ambas haviam sido incorporadas de modo subordinado à sociedade colonial e, deste modo, isso se constituía em uma marca importante de desigualdade e, por conta das origens étnicas, de diferença. Avançando um pouco mais, já com projeto de Bolsa de produtividade, debrucei-me sobre dimensões não suficientemente exploradas no doutorado tratando das estratégias indígenas para lidar com um mundo colonial marcado pelas restrições na perspectiva de jogar luz sobre sujeitos históricos reais e seu protagonismo. Depois, continuando nessa perspectiva, sempre com apoio do CNPq, passei a pesquisar sobre as fronteiras do mundo do trabalho entre índios e africanos. Foi quando me deparei com as incríveis experiências dos Africanos Livres na Amazônia. Por meio deles, ingressei, ainda timidamente, no estudo da presença negra na região. Tive muita sorte de encontrar grandes pesquisadoras, como Beatriz Mamigonian da UFSC, que me ajudaram imensamente nesta investigação. Contudo, penso que minha principal contribuição é mesmo como professora orientadora atuando em uma universidade pública há mais de 35 anos. Na verdade, ajudei a formar o que meus ex-alunos chamam de “Quilombo Acadêmico”. Acompanhei muitos trabalhos na graduação e no mestrado que foram pioneiros no tema da presença negra como é o caso dos estudos de Provino Pozza Neto sobre as alforrias, Ygor Cavalcante sobre fugas escravas, Juarez Silva Júnior sobre Monteiro Lopes, Geisi Mattos sobre a trajetória de Eduardo Ribeiro, Karollen Silva sobre a festa de Santo Benedito, Jéssika Costa sobre o trabalho urbano de mulheres escravizadas, entre tantos a mencionar. O livro “O fim do silêncio: Presença Negra na Amazônia” é fruto desse esforço coletivo de reunir trabalhos de diversos

pesquisadores e pesquisadoras sobre o tema. Em se tratando da área de História Indígena, entre muitos trabalhos, destaco duas teses de doutorado que também foram pioneiras: a de Francisco Jorge dos Santos, tratando da política indigenista de Lobo d'Almada na Capitania do Rio Negro e a de Benedito Maciel, sobre o funcionamento da Diretoria Geral dos Índios no Amazonas no século XIX. Retomei o trabalho com os povos indígenas para acompanhar suas experiências no Rio de Janeiro atuando em defesa de suas terras e, depois, como trabalhadores no Arsenal da Marinha. Sigo trabalhando com os índios porque o tema – e os problemas de pesquisa que levanta – não são apenas “acadêmicos”. Acredito, firmemente, naquilo que Ciro Flamarion Santana Cardoso, meu professor na UFF, chamava de “compromisso social do historiador”. É essencial entender nosso lugar neste processo de construção de um mundo socialmente justo e mais digno para todos e todas. Sempre que tenho oportunidade, procuro dar minha contribuição para o debate público sobre a presença negra e indígena no Amazonas e, deste modo, colaborar com a luta contra a invisibilidade e contra o racismo. E assim, seguimos.

Revista Espacialidades: No livro “Espelhos partidos”, dentre os temas abordados, apresenta-se uma amálgama entre conceitos espaciais e as relações sociais desenvolvidas pelos índios, escravos africanos e colonizadores portugueses, na região amazônica. A exemplo disso, trata-se das tentativas de demarcação de fronteiras territoriais, muitas vezes tênues e móveis, desenvolvidas pelas autoridades coloniais, e a interferência dessas ações na imensa variedade de povos e línguas indígenas daquela área. Tratando-se dessa obra, gostaríamos que desenvolvesse mais as ideias a respeito da discussão espacial que envolve os índios, desde a concepção dos sertões na Amazônia até a definição de fortificações e aldeamentos como estratégias coloniais.

Patrícia Maria Melo Sampaio: É uma pergunta muito interessante e que temo não ter condições de responder com a complexidade que merece neste espaço. Como disse, tenho dedicado muito tempo da vida a entender a desigualdade em suas

múltiplas dimensões. De certo modo, a dissertação e a tese expressam esse horizonte de preocupações. A tese se debruçou sobre o processo de produção e de aplicação da legislação indigenista no Grão-Pará setecentista e sua escolha devia-se ao fato de que, tanto o Diretório dos Índios quanto a Carta de 1798, eram leis que propunham a declarar a liberdade e a igualdade de todos os vassalos, incluindo os índios. Sendo assim, me propus a estudar as leis e o modo como tinha sido aplicadas dando atenção particular às formas pelas quais os índios haviam interferido nesse processo. Gosto sempre de lembrar o comentário que minha orientadora Hebe Mattos fez no prefácio do livro quando dizia que os sertões do Grão-Pará se constituíam em um laboratório privilegiado da experiência colonial portuguesa e de seus projetos de modernização naquele momento. Esta, me parece, uma ideia importante para o tipo de questão que vocês me colocam aqui. Estamos lidando com um mundo colonial que é marcado pela diversidade étnica ainda que isso não fosse, exatamente, uma novidade para o Império colonial português visto em perspectiva mais global. Contudo, interessa aqui os desdobramentos que esses embates/encontros provocam na trajetória histórica de uma vasta região do Império na América portuguesa e ainda as especificidades que isso imprime na gestão dos negócios coloniais em decorrência desta multiplicidade de atores sócio-políticos.

A longa experiência da escravidão indígena e, posteriormente, a expansão da escravidão africana na Amazônia deixou marcas importantes na espacialidade já que tropas de descimento e de resgate se movimentavam pelos sertões a dentro e, nesse processo, também se construíram alianças com povos nativos para promover a captura de outros povos que seriam enlaçados nas redes do tráfico interno. Entender tais movimentações, amplificadas em muito, pela crescente expansão portuguesa na região com o aumento progressivo de seus estabelecimentos, oferece outros caminhos para situar melhor essas dimensões de espaço/espacialidade na perspectiva dos povos nativos e de suas estratégias políticas. Enfim, como disse, é uma questão complexa e muito interessante. É um excelente caminho de pesquisa, eu diria.

Revista Espacialidades: Nas suas pesquisas sobre os povos indígenas, em boa medida, a região Norte do Brasil foi acolhida como um espaço privilegiado de sua investigação. Todavia, essa problemática ultrapassa as fronteiras amazônicas, por exemplo no Rio de Janeiro oitocentista, aonde vem se buscando descortinar o universo do trabalho e dos trabalhadores indígenas. Pensando a respeito dessa abordagem, poderia comentar um pouco sobre seu interesse nesse novo limite geográfico, e como esse recorte espacial contribui para dimensionar os debates acerca dos indígenas?

Patrícia Maria Melo Sampaio: Estudar os índios no Rio de Janeiro foi produto de um acaso feliz. Eu estava no Arquivo Nacional, finalizando um levantamento extenso sobre os Africanos Livres que foram para o Amazonas na 2ª metade do XIX, quando me veio um pacote de documentos que eu não havia pedido. Por pura curiosidade, eu abri o maço volumoso e tive uma “visão do paraíso”. Era um imenso processo no qual os índios de São Pedro da Aldeia reclamavam o direito ao uso de suas terras e denunciavam um certo número de ocupantes ilegais. Era um processo sensacional e, para coroar, ainda tinha um mapa colorido apresentado pelos índios de São Pedro. Era um verdadeiro presente. Eu tinha me deparado com uma documentação muito rica sobre os índios também no Arquivo Público do Estado do Rio quando estava fazendo o mesmo levantamento para rastrear os africanos. Não foi difícil me resolver a fazer um novo projeto reunindo toda essa documentação. Era a chance que tinha de contar outras histórias acerca do processo de expropriação das terras indígenas na província do Rio de Janeiro que outros autores tinham apontado como Maria Regina Celestino de Almeida, Vânia Losada e Marcelo Sant’Anna Lemos, por exemplo.

Revista Espacialidades: Estudos recentes dedicados à temática indígena e indigenista têm se preocupado com as agências e estratégias elaboradas por esses povos inseridos na sociedade colonial. A atuação de lideranças indígenas também vem sendo destacada nos seus trabalhos, a exemplo de Manacaçari, líder na região de São José do Rio Negro. Desse modo, levando em consideração

a extensa quantidade de povos indígenas, por que você acredita na necessidade de se destacar os lugares de poder, as políticas e as hierarquias estabelecidas por esses povos? Além disso, como você vê a importância de estudos que privilegiem essa abordagem micro e/ou biográfica não apenas para o preenchimento de lacunas sobre o passado dos índios, como também para a desconstrução de estigmas que perduram até os dias atuais?

Patrícia Maria Melo Sampaio: Boa pergunta. Sobre o Manacaçari, tive uma experiência que considero ser parte da resposta a esta pergunta. Depois que publiquei o texto *Aleivosos e rebeldes*, um colega professor da UFAM foi ao município de São Gabriel da Cachoeira ministrar aula de Nheengatu (língua geral amazônica) para uma turma de graduação de professores indígenas. O professor Gian Carlo Stefano é um exímio conhecedor da língua e um especialista no seu ensino formal. Quando ele retornou, trouxe-me um presente extraordinário. Meu texto sobre Manacaçari e as outras lideranças tinha sido usado em sala de aula e os alunos ficaram muito entusiasmados porque não só reconheciam os lugares que citava, mas os nomes das lideranças e de alguns episódios que o texto tratava. O presente era, simplesmente, a versão do texto em Nheengatu para que outros pudessem ler aquela história. Não tenho palavras suficientes para dizer o que isso representa para mim. Os povos do rio Negro puderam retomar, a seu modo, narrativas de seu passado que, no limite, também é presente. Estamos falando do município brasileiro que reúne o maior número de indígenas no país e que tem uma língua indígena, o Nheengatu, como língua oficial. Se não bastasse, é um dos mais importantes centros da organização política dos povos indígenas no Brasil. Acho que é isso.

Revista Espacialidades: Os trabalhos que a senhora vem desenvolvendo ao longo de sua carreira profissional também lhe renderam alguns títulos e premiações, que denotam a excelência de suas pesquisas e o impacto social que elas vêm causando, tanto na academia como na sociedade civil. Em novembro de 2019, a Assembleia Legislativa do Amazonas (Aleam), por meio da Escola

do Legislativo Senador José Lindoso, realizou a 2ª edição do Prêmio Nestor Nascimento para premiar os movimentos e personalidades que atuaram em atividades voltadas para a promoção da igualdade racial e o combate ao racismo na sociedade amazonense. Na ocasião, a senhora foi uma das premiadas pelo “Conjunto de obra – respeito, visibilidade, resgate histórico e luta contra o racismo”. Gostaríamos de saber sobre o significado dessa premiação, particularmente em tempos de espoliação de direitos dos povos indígenas no Brasil de hoje.

Patrícia Maria Melo Sampaio: Como tive a chance de dizer no dia que recebi esta honrosa premiação, eu sou professora de uma universidade pública e o reconhecimento do meu trabalho é também o reconhecimento da importância da educação e da ciência públicas e comprometidas com a justiça social. O prêmio, portanto, só faz sentido porque reconhece que estamos em um processo que é parte de uma luta longa que nos antecede no tempo e no espaço. Minha tarefa como historiadora é não deixar esquecer. Como costumo repetir, nosso compromisso e nossa obrigação como profissionais de História com quem virá depois de nós é não entregar menos do que nós recebemos.

Revista Espacialidades: Como é de conhecimento público, dados preliminares apontam que o número de lideranças indígenas assassinadas no Brasil, em conflitos no campo, foi o maior em pelo menos 11 anos, segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CTP), divulgados no dia 09 de dezembro de 2019. Não apenas na Amazônia, mas outras regiões do país como o Maranhão, tem sido alvo de ataques, invasões e exploração ilegal nas terras indígenas. Nesse sentido, para encerrarmos a entrevista, gostaríamos de saber sua opinião sobre o assunto. O que estaria na origem desse aumento vertiginoso das mortes de lideranças indígenas e como se poderia avaliar a atuação das instituições do Estado brasileiro responsáveis pela proteção desses povos?

Patrícia Maria Melo Sampaio: Estamos diante da implementação de uma das mais genocidas políticas implementadas pelo Estado brasileiro contra os povos indígenas. Isso é fato. As incontáveis manifestações bizarras do presidente eleito sobre o tema deram vez e voz às forças mais reacionárias existentes na sociedade brasileira e que tem interesse direto no acesso às terras dos índios. Ou seja, encorajados pela eleição de Bolsonaro, grileiros passaram a agir ainda com mais ousadia em várias regiões, especialmente, na Amazônia. Ruralistas e setores ligados à mineração ganharam muito espaço com a vitória nas urnas e o que estamos vendo, desde 2019, é a aceleração da desmontagem das instituições responsáveis pela defesa dos direitos constitucionais de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, somada à destruição das agências institucionais de controle ambiental. As terras dos índios voltaram para o centro do debate e estão sendo disputadas com extrema violência e ao arrepio da lei. Terras indígenas ocupam 13% do território nacional e abrigam mais de meio milhão de pessoas. Os latifundiários são pouco mais de 90 mil e ocupam 21,5% das terras do país. É um jogo de números que ajuda a iluminar muita coisa.

As reações são muitas, vêm de várias frentes e as organizações indígenas têm protagonizado batalhas impressionantes. Eu termino com as falas de duas importantes lideranças indígenas: a primeira é de Ailton Krenak: em uma entrevista, logo após o resultado da eleição presidencial, ele disse: “Nós, índios, resistimos há mais de 500 anos. Fico preocupado é se os brancos vão resistir”. A outra é de André Baniwa, do Alto Rio Negro que, em julho/2019, no site da agência de notícias *Amazônia Real*, disse que as ameaças sobre os povos indígenas são crescentes, mas “nós estamos cada vez mais preparados para enfrentar os “derrotados de 1988”. É possível pacificar os brancos e vamos fazer isso.”